

## 2

**REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA DO CAPITAL E SEUS  
REFLEXOS NO TRABALHO E NA PREVIDÊNCIA  
SOCIAL****PRODUCTIVE CAPITAL RESTRUCTURING AND ITS  
REFLECTIONS ON WORK AND SOCIAL SECURITY****Wellem Ribeiro da Silva\*****Gilmar Ribeiro dos Santos\*\*****Luiz Cláudio de Almeida Teodoro\*\*\*15**

**RESUMO:** o presente artigo é parte da pesquisa da dissertação de mestrado intitulada: reformas previdenciárias e seus impactos na vida do trabalhador brasileiro. A pesquisa tem por objetivo analisar a Crise dos anos de 1970 como fio condutor do colapso da ordem *Bretton Woods* e o fim do Estado Social. Como a reestruturação produtiva do capital e o ideário neoliberal entram em cena trazendo soluções para a nova ordem econômica. A pesquisa também analisa o ajuste neoliberal na América Latina e o Consenso de Washington em 1889. E por fim reflete as consequências desse contexto na arena de luta capital trabalho com o ajuste neoliberal no mundo do trabalho e na previdência social. O caminho metodológico percorrido para a construção do estudo e que acompanha todo o processo é o levantamento bibliográfico e documental. A pesquisa buscou aproximar-se das correntes críticas do pensamento social as quais tomam a realidade histórica não como um dado pronto, mas sim como um construído, suscetível às transformações.

**Palavras-chave:** *Bretton Woods*, neoliberalismo, reestruturação produtiva do capital, trabalho, previdência social.

**ABSTRACT:** this article is part of the master's thesis research entitled: social security reforms and their impacts on the life of the Brazilian worker. The present work aims to analyze the Crisis of the 1970s as a common thread of the collapse of the *Bretton Woods* order and the end of the Welfare State. How the productive restructuring of capital and neoliberal ideas come into play bringing solutions to the new economic order. The research also analyzes the neoliberal

---

\* Doutorado em Desenvolvimento Social (UNIMONTES). Mestrado em Desenvolvimento Social (UNIMONTES). Pós-Graduação lato sensu em Metodologia e Didática do Ensino Superior (UNIMONTES). Pós-Graduação lato sensu em Direito Público (UNESA). Pós-Graduação lato sensu em Direito e Processo do Trabalho (Faculdade Aldete Maria Alves). Graduação em Direito (Faculdade Aldete Maria Alves). E-mail: wellemribeiro@yahoo.com.br

\*\*\*. Doutorado em Educação (PUC-SP). Mestrado em Ciência Política (UFMG). Pós-graduação lato sensu em Semiótica e Teorias do Discurso (PUC-MG). Graduação em Filosofia (UFMG). Professor adjunto da Universidade Estadual de Montes Claros. E-mail: gilrds50@gmail.com

\*\*\*\* Pós-Doutorando no Programa de Pós-Graduação do Departamento de Sociologia (UFMG). Doutorado em Ciências Sociais (PUC-MS). Mestrado em Administração Pública (Fundação João Pinheiro). Graduação em Ciências Sociais (UFMG). Professor do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais. E-mail: luiz\_teodoro@yahoo.com.br

adjustment in Latin America and the Washington Consensus in 1989. Finally, it reflects the consequences of this context in the labor capital arena of struggle with the neoliberal adjustment in the world of work and social security. The methodological path followed for the construction of the study and which accompanies the entire process is the bibliographic and documental survey. The research sought to approach critical currents of social thought which take historical reality not as ready-made data, but rather as something constructed, susceptible to transformations.

**Keywords:** Bretton Woods, neoliberalism, productive restructuring of capital, work, social security.

## 1 INTRODUÇÃO

A partir da perspectiva marxista, as crises mundiais são vistas como cíclicas e como momentos nos quais as contradições da forma de produção capitalista explicitam-se. Ao longo da história, observam-se várias crises, algumas mais pungentes que outras (HARVEY, 2008). Diante disso, o sistema de produção capitalista reestrutura-se, adapta-se, articula-se perante o cenário oferecido com o único intuito de acumular. Para tanto, avança derrubando fronteiras, desbrava, instala dependência, coloniza.

O capitalismo até 1970, durante a vigência do acordo de *Bretton Woods*, proporcionou aos países centrais um grande acúmulo, porém com a profunda estagnação econômica das sociedades capitalistas daquele período, da elevação dos índices de inflação e da primeira grande crise do petróleo, a economia mundial vivenciou uma forte crise.

O conjunto das relações comerciais, produtivas, tecnológicas e financeiras que nasceu do acordo de *Bretton Woods* e prosperou sob a liderança americana, não resistiu ao próprio sucesso. Os Estados Unidos e sua economia cumpriram, durante os primeiros vinte anos do pós-guerra, a função hegemônica que decorria de sua supremacia industrial, financeira e militar. Sob o manto desta hegemonia foram reconstruídas as economias da Europa e do Japão e criadas as condições para o avanço das experiências de industrialização na periferia do capitalismo.

O objetivo desse trabalho é entender como se deu a Crise de 1970 e o fim do Estado Social. Tendo esse pano de fundo, como se dá a reestruturação do capital para vencer a crise posta e o que isso gera de consequências para o mundo do trabalho e para a previdência social.

A fim de facilitar a compreensão da temática proposta, a mesma será tratada com recortes temporais, primeiro ligados a crise dos anos de 1970: colapso da ordem *bretton*

*woods*; depois a reestruturação produtiva: o ideário neoliberal e o fim do estado social; na sequência o ajuste neoliberal na América Latina e o consenso de Washington 1889 e por fim as consequências do ajuste neoliberal para o mundo do trabalho.

## **2 CRISE DOS ANOS DE 1970: COLAPSO DA ORDEM *BRETTON WOODS* E O FIM DO ESTADO SOCIAL**

No final de 1960 e no início de 1970, os países capitalistas experimentaram uma nova situação: baixas taxas de crescimento, com altas taxas de inflação. O capital viu-se diante de um quadro crítico e acentuado de crises, sendo as principais a crise do dólar e a do petróleo.

A crise começa com problemas internos nos Estados Unidos. Militarmente, o exército estadunidense entrou em dificuldades com a Guerra do Vietnã. Financeiramente, o Sistema de Reserva Federal dos Estados Unidos verificou ser difícil e, depois, impossível preservar o modo de emitir e regular o dinheiro mundial estabelecido em *Bretton Woods*. A cruzada anticomunista do governo estadunidense começou a perder legitimidade no país e no exterior.

Os Estados Unidos, país que emergiu da Segunda Guerra Mundial como credor do resto do mundo, não foram capazes de sustentar a posição do dólar como moeda-padrão, na medida em que uma oferta “excessiva” de dólares brotava do desequilíbrio crescente do balanço de pagamentos, agora sob a pressão de um déficit comercial. Belluzo (1995) e outros autores como Kilsztajn (1989) sustentam que o “*dólar standard*”, à semelhança dos sistemas nacionais, era na verdade, um sistema monetário de crédito. Nesse sistema, o déficit global do balanço de pagamentos determinava a quantidade do crédito e a situação positiva da balança comercial garantia a qualidade dos fluxos em dólares colocados à disposição de outros países, empresas e indivíduos.

Para Belluzo (1995), a crise do dólar foi resultado do fluxo de capitais para o resto do mundo e agravou-se depois de 1971. Na década de 1970, o sistema financeiro foi afetado pela excessiva expansão da liquidez internacional, taxas reais de juros negativas, inflação e desvalorização do dólar.

Os reflexos dessa crise foram intensificados quando, em 1973, os países integrantes da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) adotaram uma nova política de produção, que desencadeou o aumento excessivo do preço do produto no

mercado internacional. Entre 1973 e 1977, estima-se que o preço do petróleo chegou a quadruplicar (ANTUNES, 2009).

É neste ambiente de instabilidade financeira e “descentralização” do sistema monetário internacional que ocorre o colapso da ordem de *Bretton Woods*, entre 1971 e 1973, colocando fim na trajetória dos “anos gloriosos”. As baixas taxas de acumulação de capital acarretaram índices baixos de crescimento da produção e da produtividade; níveis reduzidos de crescimento da produtividade redundaram em percentuais baixos de aumento salarial. O crescente desemprego resultou do baixo aumento da produção e do investimento (BELLUZO, 1995). Os países centrais enfrentaram nesse período a maior crise econômica do pós-guerra. As crises do petróleo e do dólar e seus impactos na economia acirraram as contradições do modelo keynesiano e semearam o terreno para o capitalismo ingressar em um novo ciclo de acumulação.

Esses acontecimentos, manifestados no último quarto de século XX, indicavam o fim dos anos dourados do capitalismo, os anos dourados do crescimento capitalista. Turbulências e instabilidades que vieram colocar em xeque o *Welfare State*.

Os anos de 1980 foram chamados de “a década perdida” devido à gravidade da crise da dívida externa que acometeu o mundo nesse período. Inúmeros estudos econômicos, com destaque especial à situação dos países periféricos, foram produzidos nessa época sobre o tema, indicando possíveis calotes internacionais. Alertados por tais análises, os países desenvolvidos mobilizaram-se, com a finalidade de evitarem para si os prejuízos de possíveis falências econômicas dos países endividados (SALLUM JR.; KUGELMAS, 1991).

Com esse contexto de crise, o mundo desenvolvido adentra a década de 1990, distanciando-se, cada vez mais, da ideia do “círculo virtuoso” do pós-guerra que, automaticamente, associava políticas econômicas de feitio keynesiano ao bem-estar social, e passa a navegar nas incertezas de outro círculo. Neste sentido, a crise econômica do Estado de Bem-Estar implica perda de confiança nas políticas sociais como “bens públicos”, estimulando atitudes e orientações políticas individualistas.

A reflexão em tela argumenta que o colapso de *Bretton Woods*, crise do sistema de crédito internacionalizado e o enfraquecimento do *Welfare State* criaram as condições para o surgimento de novas formas de intermediação financeira e para o desenvolvimento de uma segunda etapa da globalização. Esse processo de transformações na esfera financeira pode ser entendido como a generalização e a supremacia dos mercados de

capitais em substituição à dominância anterior do sistema de crédito comandado pelos bancos.

### **3 REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA: O IDEÁRIO NEOLIBERAL**

Os países industrializados experimentam, no século XX, uma crise que se alastrou na década de 1980, cujas consequências espalharam-se pela economia internacional. Os impactos dessa crise bem como as respostas para resolvê-la diferenciaram-se entre os países na medida da inserção internacional de suas economias e pelos particulares desenvolvimentos históricos.

Essa crise do Estado capitalista levou economistas, ideólogos e políticos a lançarem mão do velho ideário do liberalismo econômico, constituindo-se num movimento intitulado de “retorno à ortodoxia”, que deu origem às teses neoliberais que passam a nortear as políticas econômicas de uma considerável parte do mundo a partir do final da década de 1970.

Os argumentos em defesa de um capitalismo livre de regras emergiram no período de crescimento mais rápido do capitalismo, no intervencionismo estatal – período que vai de 1945 até o final dos anos de 1960. Seus expoentes são os economistas austríacos Friederich A. Hayek<sup>16</sup> (1899-1992) e Ludwig Von Mises (1881-1973), que postularam soluções opostas às medidas reformistas de Keynes para resolver a crise do capitalismo. Seus argumentos eram de que o novo igualitarismo, promovido pelo Estado de Bem-Estar, destruía a liberdade dos cidadãos e a vitalidade da concorrência, à qual estava ligada diretamente à prosperidade de todos (SUPIOT, 2014).

A proposta de Hayek e Mises era o retorno do capitalismo livre de controles gerido pela ordem espontânea do mercado. Segundo Teodoro (2020), o marco histórico de formação do grupo de intelectuais neoliberais foi a sua reunião na Suíça, em 1947, quando fundaram a Sociedade *Mont Pèlerin*.

O novo liberalismo proposto pelos austríacos retoma o antigo discurso econômico burguês, porém dando a ele uma roupagem nova: a ideologia neoliberal. O liberalismo econômico, distinto do liberalismo político pautado nos direitos individuais

---

<sup>16</sup> Considerado um dos pais do fundamentalismo econômico contemporâneo, Friedrich Hayek recebeu um dos primeiros prêmios Nobel de economia. Hayek era jurista de formação e uma parte de sua obra detalha as reformas do direito e das instituições, conduzidas por sua doutrina econômica. Segundo ele, os direitos econômicos e sociais estabelecidos pela Declaração Universal de 1948 não poderiam ser expressos em leis opressivas sem, de um mesmo golpe, destruir a ordem de liberdade à qual tendem os direitos civis. Hayek defendia uma democracia ilimitada, que estendia sua influência às questões econômicas (SUPIOT, 2014).

do cidadão e em um regime político representativo, exalta o mercado, a concorrência, a liberdade de iniciativa empresarial, rejeitando firmemente no seu discurso a intervenção do Estado. Ou seja, a crise levou economistas, ideológicos e políticos a lançarem mão do velho ideário do liberalismo econômico que deu origem às teses monetaristas e neoliberais de boa parte do mundo a partir do final da década de 1970.

Os dois países que lideraram, no centro do capitalismo, a adoção do modelo neoliberal foram a Inglaterra e os Estados Unidos. A seguir, seus objetivos nas palavras de Soares (2002):

A chamada “contrarrevolução monetarista”, em oposição à “revolução keynesiana”, consistia na aplicação do receituário friedmaniano de contração monetária, eliminação do Estado como agente econômico, drástica redução do tamanho e dos gastos com o *Welfare State*, e a liberalização do mercado (SOARES, 2002, p. 13).

A ideologia neoliberal traz em seu bojo uma lógica coerente com o individualismo que dá sustentação ideológica a esse modelo de acumulação: no domínio do mercado existem, “naturalmente”, ganhadores e perdedores, fortes e fracos, os que pertencem e os que ficam de fora. A concorrência dita as normas de sobrevivência tendo no centro o mercado como regulador e o ser humano aquele que tem que se adaptar (BORON, 1994). Um esvaziamento das instituições democráticas como reflexo de uma lógica economicista, autoritária e tecnocrática, assumida pelos poderes executivos, e, no campo da cultura, constata-se o aprofundamento do individualismo, do consumismo e do pensamento único.

Dentro desse ideário, segundo Teodoro (2020), o neoliberalismo fundamenta a concepção de liberdade negativa, considerando-a um atributo estritamente individual, sem dimensões sociais, e como uma situação que obriga o indivíduo a assumir todos os riscos da condução de sua própria vida de forma individual e independente. Aqui a questão da igualdade é tratada como uma questão menor. Abre-se caminho para a exaltação da grandeza do mais forte, e, inclusive, para a ideia de revitalização da sociedade através do sofrimento e da eliminação dos fracos.

Uma data pode ser considerada emblemática para o neoliberalismo, outubro de 1979, quando o presidente do Federal Reserve Bank, Paul Volcker, nomeado pelo então presidente estadunidense Jimmy Carter, abandonou os princípios keynesianos das políticas fiscais e monetaristas do *New Deal*, objetivando estancar a inflação. Ele

implantou uma série de medidas econômicas e monetárias que ficaram conhecidas como “Choque Volcker” (DUMENIL; LÉVY, 2004; HARVEY, 2008).

No entanto, o ajuste não foi levado adiante na mesma medida nos países centrais, que em boa parte transferiu sua crise para a periferia via dívida externa, mantendo protegidas suas economias. Em outras palavras, os países centrais não criaram a receita para seguirem e sim criaram para ser aplicada nos países periféricos.

#### **4 O AJUSTE NEOLIBERAL NA AMÉRICA LATINA E O CONSENSO DE WASHINGTON 1889**

A entrada dos países latino-americanos no processo de ajuste neoliberal varia no tempo e no contexto de cada um. Diversos países iniciam seus processos de ajuste nos anos de 1980, sendo mais precisamente no final dos anos de 1980 e início dos anos de 1990, que a maioria dos países latino-americanos avança nos ajustes propostos pelo neoliberalismo (SOARES, 2020).

Todavia, contamos com uma particularidade que deve ser tratada, nem que de forma sucinta, para elucidar um exemplo desastroso da aplicação do ajuste na América Latina. O Chile, país onde ocorreu, segundo Soares (2002), a mais radical ruptura político-institucional do continente. Diferentemente dos outros países latino-americanos, o Chile começou seu ajuste no início dos anos de 1970 e serviu de laboratório para as ideias neoliberais. Para melhor entendimento, percorrer-se-á de forma muito sintética o caminho que propiciou a entrada do neoliberalismo no Chile.

O governo militar ditatorial de Pinochet (1973-1990) não tinha um projeto econômico definido a ser aplicado, mas tinha um claro objetivo: conter a inflação que assolava o país e afastar as ameaças socialistas. Então, um grupo de economistas oriundos da Escola de Economia de Chicago conduziu uma política destinada a estabilizar o nível de preços, mas fora isso, eles inseriram reformas que buscaram dar ao mercado um papel maior na regulação da vida econômica do país. Esses economistas foram bastante influenciados pela linha de pensamento monetarista veiculada por Milton Friedman e foram responsáveis por tornar o Chile o primeiro país a seguir a doutrina neoliberal.

Segundo Lira (2010) e Soares (2020), o efeito mais grave dessa ação foi ter afundado o Chile numa depressão, que no ano de 1975, encolheu 12% do PIB. Esse fato indicava que a inflação era alimentada pela manutenção da máquina pública, o qual recorria a emissões de moedas para continuar funcionando. Por consequência, em 1975, impôs-se uma série de privatizações de empresas públicas para o levante desse capital.

A única saída encontrada pelos economistas para conter a inflação do Chile foi a apreciação cambial e a abertura comercial. Apostando nessa fórmula, o Chile entrou novamente numa recessão e o Estado, que se manteve distante do mercado, teve que intervir, a fim de evitar a quebra do sistema financeiro, ao salvar bancos e outras empresas importantes para a economia chilena. Diante desse impasse, os prejuízos da iniciativa privada tiveram que ser socializados, o que marcava, assim, o fim do laboratório neoliberal no Chile.

O Chile foi a primeira experiência neoliberal latino-americana. Depois dele, a partir da década de 1990, com a geração do Consenso de Washington, que a força das ideologias e políticas neoliberais emergiram fortemente sobre os países latino-americanos. Esses, por sua vez, tinham uma dívida externa maior. A solução, então apresentada pelo FMI e pelo Banco Mundial, foi a cartilha neoliberal como pré-requisito necessário para a renegociação da dívida, concessão de novos empréstimos e cooperação econômica (COSTA, 2005). Dumeny e Levy (2004) reportam que as dificuldades em contornar e resolver a chamada crise estrutural e a busca da revitalização da economia constituiu o substrato econômico e social para o florescimento do neoliberalismo. Como já exposto no capítulo I, o neoliberalismo prega a abertura de mercados. Uma vez o Estado em crise, precisando de empréstimos, sua concessão vai ser condicionada à abertura de suas fronteiras para a entrada dos “leviatãs”, que passam a ditar as regras do mercado e da gestão do Estado.

Mas o que foi “O Consenso de Washington”? Na América Latina, o Instituto Internacional para Economia – com o envolvimento do Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial (BM) e Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) – organizou, em 1989, na cidade de Washington, o encontro “América Latina: *How much has happened?*” (América Latina: quanta coisa aconteceu?). Além dos organismos internacionais já mencionados, o encontro envolveu economistas e administradores das nações desenvolvidas e de países latino-americanos (em sua grande maioria, pensadores neoliberais) para discutirem as questões de enfrentamento das crises e misérias dos países periféricos, sobretudo os da América Latina, baseado num receituário neoliberal (BATISTA, 1994). Essa doutrina ambicionava por um ajuste global na economia mundial, caracterizando-se por reestruturação das relações econômica e políticas internacionais.



Como já citado, a idade desse momento são os anos de 1990, os ventos do neoliberalismo avançam aliados ao toyotismo e adentram à América Latina. Importante ressaltar que, nesse momento, a revolução tecnológica afluía e servia como veículo de transporte desses novos tempos. A consolidação da microeletrônica como novo paradigma tecnológico trouxe um ganho imenso ao sistema de produção capitalista integrando e agilizando as diferentes etapas de produção.

As propostas desse encontro representaram um “divisor de águas” na deliberação das políticas setoriais aos países periféricos. Tais diretrizes de ajustes e estabilização para a superação da crise e retomada do crescimento não eram exatamente inovadoras, pois já haviam sido desenvolvidas na Inglaterra e nos Estados Unidos desde as décadas de 1970 (final) e 1980.

No Consenso de Washington, a democracia e a economia de mercado estavam presentes como objetivos que se complementam, porém “(...) revela-se implicitamente a inclinação a subordinar, se necessário, o político ao econômico” (BATISTA, 1994, p. 105). A democracia não estava colocada como um meio para se chegar ao desenvolvimento econômico e social, mas como um subproduto do neoliberalismo econômico. Enfatizando, principalmente, a noção da liberdade individual e justificando a pobreza pela meritocracia. Desse encontro, surgiu um conjunto de diretrizes de ajustes e estabilização da economia, que, inicialmente, foi apresentado sob o discurso de ser uma recomendação consensual. Mais tarde, foi transformado pelo FMI e BM em medidas condicionais ao fornecimento de ajuda, principalmente de novos empréstimos, aos países em crise e negociações das dívidas externas (BATISTA, 1994).

Dentre as ideias apresentadas na referida cartilha neoliberal, são listados abaixo, de maneira sintética, os principais eixos diretores, conforme Soares (2002):

- a) *abertura comercial – redução do protecionismo ao mercado interno com diminuição das taxas alfandegárias e abertura para o investimento estrangeiro, proporcionar o aumento das importações e das exportações através da redução das tarifas alfandegárias;*
- b) *expansão não só geográfica, mas também de necessidades de consumo de tudo aquilo que as empresas pudessem produzir;*
- c) *mercado consumidor mais seletivo, trocando a quantidade pela qualidade e colocando o consumidor no centro do processo produtivo;*

- d) reforma tributária/fiscal – reformulação do sistema tributário (arrecadação de impostos), minimizando os tributos para as empresas, com a finalidade de contribuir para sua competitividade;*
- e) encolhimento da máquina governamental – o Estado deveria cortar gastos, diminuir suas dívidas, encolhendo seu tamanho e seus programas sociais, a fim de demandar menor cobrança de tributos;*
- f) privatização – amplo programa de privatização das estatais, tanto em áreas comerciais quanto nas áreas de infraestrutura, para garantir o predomínio da iniciativa privada em todos os setores;*
- g) desregulamentação progressiva do controle econômico e das leis trabalhistas.*

Caso os países se recusassem a cumprir essas normas, encontrariam dificuldade de receberem investimentos externos e ajuda internacional por partes dos Estados Unidos e do FMI. O ideário neoliberal é uniformizador, reconhece um único poder central, cria uma nova identidade por sobre as identidades já preexistentes. Esse projeto uniformizador almeja estabilidade e facilitação das ações de controle por parte dos Estados hegemônicos sobre os diversos Estados a eles submetidos. A partir dessas lógicas, os Estados participantes do Consenso de Washington puderam dialogar com o restante do mundo, ditando a receita neoliberal que eles deveriam seguir para que se tornassem evoluídos e desenvolvidos. Importante ressaltar que essa receita prometia um desenvolvimento industrial do ideal capitalista e que, por consequência, esses Estados resolveriam suas mazelas sociais. O capital no centro e uma vez o indivíduo adequando-se a ele, com eficiência, passaria a gozar de ganhos sociais.

## **5 CONSEQUÊNCIAS DO AJUSTE NEOLIBERAL PARA O MUNDO DO TRABALHO**

O ciclo produtivo emergente do acordo de *Bretton Woods*, que prepondera até os anos de 1970, nos países centrais, tinha como premissa a segurança econômica internacional. Em certa medida, esse modelo foi seguido pelos países periféricos, inclusive pelo Brasil.

Os operários gozavam, de certo modo, dessa “segurança”. Não era uma estabilidade propriamente dita, mas a dispensa de trabalhadores e sua rotatividade era muito menor que os tempos atuais. Desde que esse trabalhador cumprisse com suas

obrigações, repetindo gestos em jornadas inteiras, não trocava de patrão, suas vidas eram tão padronizadas como os uniformes que vestiam. Aliás, tudo se articulava: os produtos eram previsíveis, pouco diversificados, o trabalho era contínuo, estável. A fábrica reunia trabalhadores em massa e, também, em massa era a produção.

Mas o lucro vem da mais-valia, diferença entre o que se paga para que a força-trabalho reproduza-se e o que se ganha com a venda do que ela cria. Então, segundo Viana (2005), isso implica reduzir resistência, trocando o trabalho vivo pelo morto, ou seja, o homem pela máquina. Mas essa dinâmica não impede contradições do sistema que decorrem da sua própria eficiência: a produção superar o consumo. E foi isso que aconteceu, essas contradições despontaram durante o modo fordista-keynesiano, dando seus primeiros sinais nos fins dos anos de 1960. Somado, como já visto, à crise do petróleo, em 1972-1973, potencializaram a retração do consumo, instalando a crise.

Nas palavras de Viana (2005, p. 157): “Como um animal faminto, o sistema capitalista depende de porções crescentes de alimento. Seu verbo é acumular. Toda empresa quer crescer, dominar o vizinho, controlar o mercado. A concorrência parece buscar o monopólio.”

O modelo de produção capitalista pautado no sistema de trabalho formal, assalariado, de tempo integral fordista já apresentava sinais de esgotamento, não sendo mais capaz de alimentar o “animal faminto” e precisava ser reestruturado. O Estado perdeu renda e o poder aquisitivo foi comprimido. Como não havia um mundo novo a explorar, a saída era explorar o mesmo mundo de outra forma.

A receita encontrada, já bastante discutida neste trabalho, foi invadir mercados alheios. Por consequência, uma a uma foram caindo as barreiras de proteção das economias nacionais, principalmente nos países periféricos, dentro do escopo previsto pelo ideário neoliberal. Na reflexão de Viana (2000): “Estava inventada a globalização.”

Para recompor o novo ciclo de reprodução do capital, após a crise de 1970, foi preciso causar mudanças no centro da sua estrutura, qual seja: o sistema de relações de trabalho. Este teve que ser capaz de adaptar-se às mudanças em tempo real e global. O modelo de acumulação flexível que desponta, desde então, é reflexo desta necessidade de se reorganizar os processos de trabalho, os mercados de trabalho, os produtos e os padrões de consumo diante da incapacidade do fordismo de conter as contradições inerentes ao modelo de acumulação monopolista, predominante até os anos sessenta do último século.

Dentro dessa nova organização econômica que buscava sanar a crise, dando uma nova roupagem para o liberalismo, a globalização da economia mostra-se como uma grande aliada para viabilizar o aumento da concorrência internacional e proporcionar a exploração de áreas ainda não conquistadas pelo capital.

Nesse período de reestruturação do capital, ocorreram intensas e diversas mudanças econômicas, sociais e políticas, com sérias consequências no ideário, na subjetividade e nos valores da classe que vive do trabalho. Essa crise estrutural do capital fez com que fosse implementado um processo de reestruturação vislumbrando recuperar seu ciclo reprodutivo e sanar a crise instalada. Trata-se, então, de reestruturar o padrão produtivo estruturado sobre o binômio taylorismo-fordismo, o qual, segundo Antunes (2004), hegemônico desde o início do século XX.

A reestruturação do capital atinge o modo de produzir e tem por objetivo dominar toda a cadeia de produção; o modelo é a empresa enxuta, que elimina estoques e esperas, produz exatamente aquilo que pode vender, reduz custos, automatiza-se e se organiza em rede, jogando para as parcerias tudo o que parece descartável (VIANA, 2000). Esse modelo baseia-se no toyotismo, que foi um aliado primordial na reestruturação do capital, fundamentado em um padrão produtivo organizacional, tecnologicamente avançado, resultado de introdução de técnicas de gestão, com estrutura flexível e desconcentração produtiva (ANTUNES, 2013). O toyotismo colabora expressivamente nessa nova forma de explorar o mesmo mundo para garantir a sobrevivência do capital.

Isso não significa que a empresa tenda a ficar menor, ao contrário, quer crescer e dominar. A redução é só física, e, mesmo assim, relativa, porque empresas menores, que lhe prestam serviços, de certo modo lhe pertencem. Empresas pequenas ou microempreendedores formalizam-se para prestar serviço para uma única empresa, muitas vezes para a empresa em que era empregado. O que acontece com o trabalhador é uma mudança de *status* formal, de empregado para empresário, mas materialmente ele continua dependente, subordinado às regras da empresa que agora passa a prestar serviço.

A automação aqui se destaca com um discurso bem conhecido, o de ganhar tempo para o trabalhador. Mas, na verdade, a automação não libera tempo do trabalhador, reduz tempo para o consumidor, intensifica o trabalho e possibilita a extração maior da mais-valia.

Assim como o modo de produzir foi modificado, o modo de trabalhar também sofreu, como diz Antunes (2009), “mutações”. Os novos modos de trabalhar afetam duramente a classe operária, redistribuindo tempos e espaços, reordenando relações de poder, disseminando uma nova ideologia.

Essa reestruturação avança através dos aumentos da rivalidade entre suas corporações gigantes, a internacionalização dos mercados, homogeneizando os padrões de produção e consumo, introduzindo profundas diferenças sociais. Isso porque as grandes fábricas tendem a se tornarem simples gerenciadoras, sem máquinas e sem operários. Como explica Viana (2000), a grande empresa torna-se móvel e caminha rumo à mão de obra barata, direitos flexíveis, sindicatos dóceis e políticas fiscais favoráveis.

Isso levou à redução considerável da autonomia dos Estados Nacionais, reduzindo o espaço e a eficácia de suas políticas econômicas, e demonstrando a precarização de suas políticas sociais. Trata-se de uma crise global de um modelo social de acumulação, cuja saída ou tentativas de resolução foram produzindo transformações estruturais que dão lugar ao modelo denominado neoliberal. Este inclui a informalidade no trabalho, o desemprego, o subemprego, a desproteção previdenciária e trabalhista (SOARES, 2002). Nesse sentido, o ajuste neoliberal não é apenas de natureza econômica, ele faz parte de uma redefinição global do campo político-institucional e das reações sociais.

Para os neoliberais, as raízes da crise localizavam-se no poder dos sindicatos, no movimento operário que corroía a base da acumulação capitalista (pressão salarial) e no aumento dos gastos sociais pelo Estado, pois, desestimula o lucro das empresas privadas que diminuem sua produção em função dos serviços oferecidos pelo Estado, o que desencadeava a destruição dos lucros das empresas e a inflação (REIS, 2006). Diante disso, a única solução é a abertura de mercado e a reestruturação dos modos de produzir e de trabalhar.

A crise, como visto, trouxe várias implicações e consequência para os Estados Unidos e, também, para o resto do mundo, em particular para a América Latina. Então, o modelo neoliberal propõe à América Latina a liberalização comercial e financeira a todo custo, é o livre jogo das forças de mercado. A proposta é de um capitalismo transnacional oligopolista, com o predomínio da grande empresa, ou como chamou Boron (1994), dos “leviatãs” que detêm o poder de ditar as regras. Todavia há de se ressaltar que, conforme coloca Soares (2002), a proposta neoliberal de abertura comercial para a América Latina

é um verdadeiro contrassenso com o intenso neoprotecionismo dos países centrais, “abra as suas portas, enquanto eu fecho as minhas” (SOARES, 2002, p. 15).

As ideias neoliberais tornaram-se senso comum no nosso tempo, porém a penetração das mesmas varia de acordo com países e regiões. O neoliberalismo coloca-se como pensamento único, verdade inquestionável, única resposta para solucionar a crise. Para corroborar com esse pensamento a reflexão de Teodoro (2020):

Para os neoliberais, a única possibilidade de superação estaria na restauração dos valores do mercado livre. Essa transformação do mercado capitalista em algo “natural” e “a-histórico” leva os neoliberais a definirem a economia como a verdadeira ciência e suas recomendações como princípios inquestionáveis, pois não se pode discutir a ordem natural das coisas (TEODORO, 2020, p. 9).

O neoliberalismo garante somente a um pequeno grupo, cada vez mais qualificado e reduzido, com bons salários, perspectivas de carreira e certa estabilidade. Os exercentes de atividades-meio são operários menos qualificados, trabalham em tempo integral, possuem grande rotatividade, salários baixos e as perspectivas de carreira quase inexistem. São as ameaças ao desemprego que submetem os indivíduos a qualquer condição de trabalho. Um grupo de trabalhadores eventuais, ou a prazo, ou a tempo parcial emergem, quase sempre desqualificados, transitando entre o desemprego e o emprego precário, e, por isso, são os mais explorados pelo sistema.

No discurso neoliberal, o novo modo proporciona ao trabalhador um trabalho variado e menos opressivo e abre espaço às pequenas empresas, fazendo do dependente um autônomo. Isso porque o neoliberalismo coloca a responsabilidade no indivíduo. É das mãos do trabalhador que devem sair a produção e a responsabilidade da venda do produto.

Várias formas de trabalhar vão se instalando, viabilizadas pela tecnologia, e o teletrabalho é uma delas. Ele parece desconectar o empregado das ordens diretas do empregador, mas, na verdade, a volta ao lar que começa a se ensaiar ali não significa menos tempo na empresa, ao contrário, a empresa chegando ao lar (VIANA, 2000).

Corroborando para o entendimento, as palavras de Magda Neves:

De um lado, a integração reestrutura todo sistema de organização do trabalho, seja numa unidade produtiva, seja nas várias unidades produtivas, integrando a cadeia produtiva de forma rápida e ágil. Por

outro lado, a flexibilização rompe as barreiras da rigidez da organização do trabalho taylorista/fordista, que era aplicado tanto na indústria como em muitos setores de serviços, estabelecendo uma organização baseada no trabalho flexível (NEVES, 1997, p. 28).

O novo modelo tem por efeitos a terceirização, subemprego, micronegócios, microempreendedores, trabalhadores por conta própria. Muitos são os vocábulos, todos eles alavancados para fugir do desemprego. O mesmo sistema que o provoca serve-se dele, convencendo a opinião de que a solução é precarizar. O desemprego legitima o trabalho precarizado e, por consequência, a precarização dos direitos sociais. O lema é: melhor ter emprego sem direitos, do que ter direitos e não ter emprego.

A expansão do neoliberalismo promove a desregulação, privatização e remoção de proteções sociais, além da destruição das mais variadas expressões dos movimentos populares, em particular, os sindicatos. Traz, por consequência, além do individualismo, a separação dos “integrados” e “marginais”, os que lucram e os que perdem com as atuais regras do jogo (CARCANHOLO, 1998).

O incentivo às competitividades e o desenvolvimento tecnológico concorrencial trazem, por consequência, a desmontagem de inúmeras indústrias nacionais. Essa sociabilidade desemprega ou precariza milhões de pessoas (ANTUNES, 2013). Segundo Robert Kurz, essa lógica destrutiva está, pouco a pouco, levando à eliminação de setores inteiros do cenário industrial, derrotados pela desigual concorrência mundial (KURZ, 1999).

Segundo Boito (1999), o discurso neoliberal prega a superioridade do mercado diante da ação estatal. Superioridade econômica em primeiro lugar. O mercado estaria na base da riqueza, da liberdade e do desenvolvimento humano. O homem está submetido às leis da livre iniciativa e da feroz concorrência. Essas leis ditam sua sobrevivência. O mercado passa a ser o centro das preocupações e o ser humano deve se moldar a qualquer custo a essa realidade.

O neoliberalismo traz uma crítica agressiva à intervenção do Estado na economia, porém, suas propostas de ação prática mostram que não dispensam a intervenção do Estado e preservam os monopólios. Enquanto os salários dos trabalhadores foram precarizados e desindexados, a dívida externa foi estatizada para garantia de credores internacionais. O câmbio e os juros, que remuneram os investimentos financeiros nacionais e estrangeiros, são mantidos em níveis elevados por intervenção governamental. A cada crise inflacionária, os neoliberais recomendam a intervenção do

Estado e os “pacotes salvadores”. Os bancos não reclamam contra a intervenção do Estado para subsidiá-los em situação de falência e regiar o processo de reconcentração no setor bancário (BOITO, 1999).

Diante disso, infere-se que o neoliberalismo não causa uma redução da intervenção do Estado na economia, mas é acompanhada de uma reformulação do intervencionismo estatal. Em outras palavras, a intervenção continua, porém acontece de acordo com os interesses da classe representada pelo neoliberalismo que escolhe quando, onde e para quem intervir.

Wood (2014) mostra que a intervenção do Estado serve como plataforma de sobrevivência do capital. Segundo a autora, o processo, dificilmente, seria possível sem o apoio do Estado. Uma vez que o Estado garante não somente o direito de propriedade, mas também de não propriedade. Assim, protege a exclusividade da propriedade capitalista. O Estado foi necessário para garantir que quem não tinha propriedade e meios de produção estivesse disponíveis como força de trabalho para o capital. O Estado aqui foi essencial para manter viva a população que não tem propriedade quando não existe trabalho, conservando um exército de reserva de trabalhadores quando o capital não consegue empregar todos. Por outro lado, tem de garantir rotas de fuga para esse exército sobreviver até que o capital os chame para vender sua força de trabalho.

Com o mercado aberto, as políticas públicas sofrem interferência de vontades externas, cujos interesses mostram-se distintos das necessidades dos trabalhadores. O resultado parece ser uma legião de trabalhadores precarizados (desprotegidos) e, também, de desempregados, estimulando a busca por abrigo no trabalho informal. Esse perfil crescente de trabalhadores fica à margem da proteção da previdência social visto que o trabalho formal ainda é regulador oficial do direito previdenciário.

Com a limitação de intervenção do Estado, muitas funções sociais ficam prejudicadas ou são removidas do controle estatal e são colocadas sob o controle direto dos capitalistas ou sujeitas às leis impessoais do mercado. Educação, saúde, previdência social são comercializadas como mercadorias onde terão acesso quem puder pagar (WOOD, 2014).

Para melhor ilustrar essa corrente de pensamento, as palavras de Boron (1994, p. 13): “(...) quando direitos como saúde, educação, previdência social são comercializados e passam às mãos do capital, abre-se caminho para a reconciliação entre economia, sociedade e política pela via da restauração plebiscitária da ditadura”.



Nessa esteira de pensamento, Supiot (2014) aponta que a doutrina neoliberal postula que a insegurança econômica dos trabalhadores e sua exposição ao risco são as forças motrizes de sua produtividade e de sua criatividade. Rejeitando a sujeição econômica ao princípio da ideia de justiça social, ela preconiza que a repartição do trabalho e de seus frutos precisa da ordem espontânea do mercado para acontecer e deve ser, assim, retirada das mãos da intervenção pública.

De todas as formas, seja no campo das ideias, seja no das políticas econômicas, onde for que elas se instalam, crescem as desigualdades sociais e a miséria. Poucas foram as regiões no mundo que ficaram livres das consequências desastrosas da implementação do ideário neoliberal (CARCANHOLO, 1998).

Sob a luz da revisão bibliográfica feita, infere-se que a reestruturação neoliberal não acontece para todos na mesma medida. Que o Estado não se afasta totalmente como prega o discurso da ideologia neoliberal; ele intervém na medida em que o capitalismo o convoca para manter sua sobrevivência. Então, uma coisa é a reestruturação para cada Estado, outra é o discurso. A crise capitalista propõe mudanças para continuar igual. A reestruturação age no núcleo do sistema capital/trabalho. Por consequência, o trabalhador paga a conta dessa reestruturação com trabalho precarizado, desemprego e perda de direitos sociais.

O mundo do trabalho transforma-se e, por consequência, o mundo da previdência social também. A forma de o trabalhador ter acesso à proteção previdenciária é a carteira de trabalho. Todavia o emprego formal está cada vez mais escasso. Outras formas vêm sendo legitimadas para substituí-la. Entretanto, estas, por sua vez, não oferecem a mesma proteção ou nenhuma proteção. Afinal, a empresa exige a redução dos custos, e um de seus custos é o próprio direito. Diante deste quadro, emerge um profundo e complexo problema estrutural que é a crise dos sistemas de previdência social. Diretamente dependentes do emprego regular e da base de contribuintes, com o crescimento de empregos informais, passam, conseqüentemente, a apresentar insuficiência de arrecadação para sustentar os seguros sociais e as pensões da população inativa. A previdência social, simultaneamente, é gerada e funda-se no indivíduo.

## **6 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

De todo o exposto, infere-se que o processo de ajuste global para superar a crise do capital tem agravado as desigualdades e os níveis de exclusão, à medida que, de

um lado, promove a concentração do progresso técnico e restringe a apropriação dos frutos aos países centrais; por outro, distribui os custos dos ajustes aos países da periferia.

Os “anos gloriosos”, que trouxeram anos de crescimento e contratos estáveis, promoveram a sociedade salarial e efetivaram a seguridade social. Todavia se fundou em conquistas sociais frágeis e inacabadas. A proteção coercitiva do Estado em troca de dependência e obediência para manter a sociedade salarial legitimando assim a exploração através do contrato de trabalho.

As regras do Estado Social mudam frente a reestruturação do capital, ocorre metamorfose na sociedade salarial e precarização no mundo do trabalho. O contrato determinado, tempo parcial, sublocação, terceirização, informalidade são exemplos dessas mudanças que por conseguinte vão trazer o fim do emprego homogêneo e estável dando espaço para a precarização do emprego e restrição de direitos sociais.

As conquistas sociais são tidas como obstáculos diante da mobilização geral decretada em nome da competitividade validada pelo exército de reserva. A nova lei é a adaptação imediata à constantes tarefas novas, às tecnologias, à flutuação da demanda. Essa adaptação permanente pode funcionar como seleção permanente de trabalhadores empregados e trabalhadores desempregados concorrentes diretos para a adaptação. A empresa torna-se uma máquina de vulnerabilizar e de excluir.

## REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. O mundo precarizado do trabalho e seus significados. *In: Cadernos de Psicologia social do trabalho*, v. 2, p. 55-59, 1999.

ANTUNES, Ricardo; ALVES, Giovanni. As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital. *In: Educação & Sociedade*, v. 25, n. 87, p. 335-351, 2004.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2009.

ANTUNES, Ricardo. Os modos de ser da informalidade: rumo a uma nova era da precarização estrutural do trabalho? *In: Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, n. 107, p. 405-419, jul./set. 2011, p. 408.

ANTUNES, Ricardo. A nova morfologia do trabalho e suas principais tendências. *In: Riqueza e miséria do trabalho no Brasil II*. São Paulo: Boitempo, p. 13-28, 2013.

BATISTA Paulo Nogueira. O consenso de Washington: a visão neoliberal dos problemas latino-americanos. *In: Em defesa dos interesses nacionais: desinformação e alienação do patrimônio público*. São Paulo: Paz e Terra, 1994.

BELLUZZO, Luiz Gonzaga de Mello. O declínio de *Bretton Woods* e a emergência dos mercados “globalizados”. *In: Economia e sociedade*, v. 4, n. 1, p. 11-20, 1995.

BORON, Atilio. Democracia e reforma social na América Latina: reflexões a propósito da experiência europeia. *In: Capitalismo e democracia na América Latina*. São Paulo: Paz e Terra, p. 153-184, 1994.

BOITO, Júnior. **Reforma e crise política neoliberal e sindicalismo no Brasil**, São Paulo, Xamã, 1999.

CARCANHOLO, Marcelo D. Neoliberalismo e o Consenso de Washington: A verdadeira concepção de desenvolvimento do governo FHC. *In: Neoliberalismo: a tragédia do nosso tempo*, São Paulo: Cortez, 1998.

COSTA, Márcia da Silva. O sistema de relações de trabalho no Brasil: alguns traços históricos e sua precarização atual. *In: Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 20, n. 59, p. 111-131, 2005.

DE LIRA, Francisco Roberto Fuentes Tavares. **Do socialismo ao neoliberalismo: o Chile dos anos 1970**. 2010.

DOS REIS, Carlos Nelson. Acumulação Capitalista e Políticas Sociais no Brasil: marchas e contramarchas de uma trajetória em curso. *In: Sociedade em Debate* (UCPel), 2006.

DUMÉNIL, Gérard; LÉVY, Dominique. O imperialismo na era neoliberal. *In: Política social: alternativas ao neoliberalismo* (org. Boschetti), Brasília, Unb, 2004.

HARVEY, David. **O neoliberalismo: história e implicações**. Loyola, 2008.

VIANA, Márcio Túlio. A Proteção Social do Trabalhador no Mundo Globalizado-O Direito do Trabalho no Limiar do Século XXI. *In: Rev. Faculdade Direito Universidade Federal Minas Gerais*, v. 37, p. 153, 2000.

KURZ, Robert; BARBOSA, Karen Elsabe. **O colapso da modernização: da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial**. Paz e Terra, 1999.

SALLUM JR, Brasílio; KUGELMAS, Eduardo. O Leviathan declinante: a crise brasileira dos anos 80. *In: Estudos Avançados*, v. 5, n. 13, p. 145-159, 1991.

SOARES, Laura Tavares. **Os custos sociais do ajuste neoliberal na América Latina**. Cortez, 2002.

SUPIOT, Alain. **O espírito da Filadélfia: a justiça social diante do mercado total**. Porto Alegre: Sulina, 2014.

TEODORO, Luiz Cláudio de Almeida. Ideário Neoliberal e as Fragilidades das Políticas Públicas: a incapacidade do governo brasileiro de enfrentar da pandemia do COVID-19. *In: Revista Norte Mineira de Direito Erga Omnes*, v. 1, n. 1, p. 6-37, 2020.

VIANA, Márcio Túlio. A Proteção Social do Trabalhador no Mundo Globalizado-O Direito do Trabalho no Limiar do Século XXI. *In: Rev. Faculdade Direito Universidade Federal Minas Gerais*, v. 37, p. 153, 2000.

VIANNA, Maria Lúcia Teixeira Werneck. **A americanização (perversa) da seguridade social no Brasil: estratégias de bem-estar e políticas públicas**. Rio de Janeiro: Revan, 2000.

VIANNA, Maria Lúcia Teixeira Werneck. **A americanização (perversa) da seguridade social no Brasil: estratégias de bem-estar e políticas públicas**. Rio de Janeiro: Revan, 2000.

WOOD, Ellen. **O império do capital** (2003). São Paulo: Editora Boitempo, 2014.

**Submetido em: dezembro/2022**  
**Aceito em: fevereiro/2023**